

O JORNAL *MULHERIO* E SUA AGENDA FEMINISTA: PRIMEIRAS REFLEXÕES À LUZ DA TEORIA POLÍTICA FEMINISTA

VIVIANE GONÇALVES FREITAS
Universidade De Brasília (IPOL/UnB)

RESUMO

Este artigo corresponde aos esforços iniciais para o trabalho de análise da imprensa feminista brasileira, atuante entre as décadas de 1970 e 2010. Mais especificamente, aqui será abordada a agenda do jornal *Mulherio*, que circulou de março/1981 a julho/1988. Entre os temas verificados no primeiro levantamento, estão: movimento feminista, creche, maternidade, aborto, divisão sexual do trabalho, cuidados com os filhos, família e arranjos familiares, licença-maternidade e licença-paternidade.

PALAVRAS-CHAVE: Agenda feminista; Imprensa feminista; Feminismo; Mulherio.

ABSTRACT

This article corresponds to the initial efforts to analytical work of the Brazilian feminist press, active between the 1970s and 2010s. More specifically, this research will consider the feminist agenda presents in *Mulherio* newspaper, circulated March / July 1981/1988. Among the topics checked in the first survey, are: feminist movement, daycare, motherhood, abortion, sexual division of labor, child care, family and living arrangements, maternity leave and paternity leave.

KEYWORDS: Feminist agenda; Feminist press; Feminism; Mulherio.

Introdução

Este artigo tem como proposta apresentar os primeiros passos no estudo sobre a imprensa feminista brasileira, a partir de uma perspectiva que alia a teoria política feminista e a história do movimento feminista no país. Cabe aqui ressaltar que o recorte temporal deste estudo baseia-se na “segunda onda” do feminismo, que tem seu início na segunda metade da década de 1970 e traz em si a efervescência das mobilizações sociais em favor da volta da democracia, após mais de uma década da ditadura militar¹.

É importante salientar que este trabalho traz minhas impressões e algumas reflexões até aqui sobre o contexto no qual se inseriam as publicações feministas da época e dos diversos grupos de mulheres que começavam a levantar novos questionamentos sobre o peso do patriarcado em suas vidas, seus corpos e em sua cidadania plena. Como parte dos estudos para minha tese de doutoramento, este artigo refere-se a uma análise inicial do jornal *Mulherio* e de sua agenda feminista. Esta publicação, que teve sua sede na cidade de São Paulo, circulou de março de 1981 a julho de 1988, por todo o país. Durante este primeiro contato com o *corpus* foram destacadas, de acordo com o modo de categorização da pesquisa em desenvolvimento, as seguintes questões: movimento feminista, creche, maternidade, aborto, divisão sexual do trabalho, cuidados com os filhos, família e arranjos familiares, licença-maternidade e licença-paternidade.

O *Mulherio* nasceu a partir da vontade de um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (São Paulo) de fazer intercâmbios entre as várias instituições e grupos que estudavam as condições das mulheres no Brasil, na década de 1980. Até 1988, o projeto contou com o financiamento da Fundação Ford, apesar de ter se desvinculado da Fundação Carlos Chagas em 1984. Além disso, a trajetória do *Mulherio* divide-se em três fases: março/1981-setembro/1984; maio/1984 – abril/1988; junho/1988 – julho/1988.

A fim de que o material, composto por 42 edições, fosse observado de maneira mais detida, inicialmente, separei as principais temáticas abordadas em cada uma das três fases da publicação. Em seguida, fiz um levantamento de toda a agenda temática, de maneira datada. Minha intenção nesta fase foi compreender como e onde se inseria a agenda dos movimentos feministas presentes na produção do *Mulherio* e quais eram as temáticas privilegiadas. Para esse detalhamento, elaborei duas planilhas, sendo que, na primeira, constam as seguintes informações: número do jornal, data e assuntos abordados (agenda). Na segunda, mais minuciosa, estão registradas as informações temáticas (por exemplo: licença-paternidade, licença-maternidade, creches, divisão sexual do trabalho, família e arranjos familiares), tamanho do texto (em quartos de página), gênero do texto (artigo, nota, matéria...), título, número da página e autoria.

¹ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

A observação e o interesse sobre este vasto material têm como referencial a teoria política feminista produzida por Carole Pateman², Nancy Fraser³, Joan Scott⁴ e Carol Gilligan⁵.

Assim, a partir das páginas do *Mulherio*, este artigo pretende, mesmo que parcialmente, mostrar as manifestações de movimentos feministas brasileiros das décadas de 1980 e 1990, que tinham como objetivo a divulgação e o intercâmbio de percepções entre diversas mulheres, de diferentes localidades, classes sociais, raças e idades.

Movimentos feministas pré-redemocratização

Ainda sob o olhar inquisidor da ditadura militar, é nos anos 1970 que as primeiras manifestações do feminismo de “segunda onda” surgem no Brasil. O contexto de lutas por liberdades individuais na Europa e nos Estados Unidos e a influência que o contato dos grupos de exilados, principalmente das exiladas, com essas novas ideias sobre a situação das mulheres na família e na sociedade de maneira mais ampla, são fortes impulsionadores de novos debates e questionamentos. Para o regime militar, qualquer manifestação feminista era vista com desconfiança, já que as entendia como política e moralmente perigosas⁶.

Aqui cabe ressaltar que 1975 foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher (e a Década da Mulher foi até 1985), cujo objetivo era possibilitar uma discussão, em nível mundial, das questões que tinham as mulheres como sua protagonista, por exemplo, saúde, direitos reprodutivos, cidadania, emancipação e violência. Assim, não são fatos isolados que impulsionam a retomada dos movimentos feministas, mas uma combinação de fatores – inclusive a própria volta às atividades dos movimentos sociais com diferentes agendas –, que atua como catalisadora dessa segunda fase⁷.

O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele

² PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

³ FRASER, Nancy. Para além do modelo senhor/serva: sobre O contrato sexual, de Carole Pateman. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 251-263.

⁴ SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*, n.3: Desacordos, desamores e diferenças, 1994.

⁵ GILLIGAN, Carol. Imagens de relação. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política feminista: textos centrais*. São Paulo: Horizonte, 2013. p. 81-119.

⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia Política*, jun. 2010, v. 18, n. 36, p. 15-23.

⁷ Cf. PINTO, Céli (2003; 2010) e SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista de Estudos Feministas*, ago. 2004, v. 12, n. 2, p. 35-50.

momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota. [...] A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres⁸.

Os movimentos feministas brasileiros representam parcela significativa das mobilizações em favor da volta à democracia no país. Como ressalta Soares⁹, durante os mais de 20 anos de ditadura militar no Brasil, as mulheres estiveram à frente de movimentos populares de oposição, criaram formas próprias de organização, lutaram por direitos sociais, justiça econômica e democratização. Ainda de acordo com as observações dessa autora, a atuação das mulheres no movimento operário organizado e nos partidos de oposição, nas décadas de 1970 e 1980 foi decisiva para a construção de um novo sujeito social: mulheres anuladas emergem como inteiras, múltiplas, que cobram a anistia política, creches e a redução dos preços.

Neste ponto, é importante esclarecer que, nas décadas de 1970 e 1980, há um crescimento considerável tanto dos movimentos de mulheres quanto dos movimentos feministas, em um contexto de efervescência dos movimentos sociais de maneira mais ampla – fato, inclusive, que é apresentado pelo *Mulherio*, com grande entusiasmo, em diversas edições, a partir da divulgação de listas com contatos dos grupos espalhados por todo o país. A partir de um levantamento feito por mim, foi observada a presença de mais de 140 grupos feministas ou de mulheres, em cada uma das duas primeiras fases, entre cartas, citações em listas de contatos ou redação de matérias e entrevistas; já nos dois jornais da terceira fase, foi possível observar a presença de três grupos. Entretanto, o jornal não tematiza as diferenças entre os movimentos de mulheres e os movimentos feministas, ficando apenas nas denominações distintas.

Pinto¹⁰ e Sarti¹¹ ressaltam essa distinção que não é meramente de terminologia, mas de atuação e agenda, mesmo que haja, em alguns momentos, certa convergência. Desde as primeiras mobilizações, anteriores aos anos 1970, há a presença de movimentos de mulheres entre as classes médias e populares, que permaneceram atuantes paralelamente ao desenvolvimento do feminismo. Tendo como alguns exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães e o movimento pela anistia, Céli Pinto¹² define-os como 'movimentos organizados não para por em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a

⁸ SARTI, Cynthia Andersen, *op.cit.* p. 37.

⁹ SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. *Revista de Estudos Feministas*, número especial, out. 1994. Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ. SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: GODINHO, TATAU (Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

¹⁰ PINTO, Céli (2003).

¹¹ SARTI, Cynthia Andersen, *id.*

¹² PINTO, Céli, *id.*, p. 43.

partir da própria condição de dona de casa, esposa e mãe, intervir no mundo público’.

Em contrapartida, Sarti¹³ apresenta o movimento de mulheres como o início do feminismo nas camadas médias, que expande por meio de ‘uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento interclasses’, envolvendo uma delicada relação com a igreja católica, principalmente com a ala mais progressista, ligada à Teologia da Libertação, e importante foco de oposição ao regime militar. Dessa maneira, o tom que predominou foi de alianças: de um lado, o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, do outro, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, que, naquele momento, tinham como objetivo comum derrubar o regime vigente. Essa parceria, inevitavelmente, também produzia conflitos: o aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram na esfera das discussões privadas, feitas em pequenos grupos de reflexão, sem ressonância pública¹⁴.

Em outro trecho de seu artigo, Cynthia Sarti¹⁵, citando Céli Pinto¹⁶ e Eleonora Menicucci de Oliveira¹⁷, destaca que a participação das mulheres nos movimentos de bairro as retirava do confinamento doméstico, o que torna propensa a emergência de um novo sujeito político, ao se questionar, de diferentes maneiras, a situação das mulheres e levar para a discussão as identidades de gênero.

Entendo que a distinção destacada por Pinto¹⁸ seja a mais coerente com o processo de inserção das mulheres brasileiras na arena pública, principalmente, ao se considerar as diferentes maneiras como isso ocorreu e ocorre atualmente. A muitas mulheres, ainda hoje, não é permitido, pela socialização patriarcal, sequer o acesso à educação quanto mais a se perceber como sujeito e sujeito político. Além disso, a diferença das agendas das duas tendências de movimentos, ainda de acordo com o apresentado por Pinto¹⁹, é, a meu ver, mais coerente com a história das mulheres brasileiras após 1975. Entretanto, ressalto, tanto os movimentos de mulheres quanto os movimentos feministas, cada um a seu modo e, de certa maneira, complementando-se, são responsáveis pelos avanços e conquistas de novas oportunidades e novas maneiras das mulheres se colocarem perante à sociedade e à família. Acredito

¹³ SARTI, Cynthia Andersen, *ib.*, p. 39.

¹⁴ SARTI, Cynthia Andersen (2004). O *Mulherio* abordou a relação por vezes conflituosa do movimento feminista com a igreja católica, mesmo tratando-se da ala mais progressista da Teologia da Libertação (número 18, ano 4, set-out/1984, p. 10-13).

¹⁵ SARTI, Cynthia Andersen, *op.cit.*

¹⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 127-150.

¹⁷ OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. *A re-apropriação do corpo feminino: do confinamento doméstico à reinvenção de novos espaços de cidadania*. 1990. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

¹⁸ PINTO, Céli (2003).

¹⁹ PINTO, Céli, *op.cit.*

também que seja importante para a compreensão desse processo de ampliação das discussões sobre a inserção das mulheres na arena pública e, conseqüentemente, política, incorporar o que Vera Soares²⁰ lembra sobre a atuação do movimento de mulheres, no início da década de 1960, uma relevante oposição ao quadro apresentado em meados da década seguinte. Para a autora, nos anos 1970, os movimentos trouxeram uma nova versão das mulheres brasileiras, que foram às ruas em defesa de seus direitos e necessidades, denunciando desigualdades, bem diferentes daquelas que se manifestaram publicamente a favor de valores tradicionais e conservadores, em 1964. Essa foi uma resposta às regras autoritárias dos militares, que intencionavam despolitizar e restringir os direitos dos cidadãos e cidadãs e deixar, principalmente as mulheres, à margem da política.

Complementando o exposto acima, Alves e Pitanguy²¹ salientam que a segunda onda do feminismo brasileiro incorpora outras reivindicações além das voltadas para a desigualdade no exercício dos direitos – políticos, civis e trabalhistas. Nesse momento, questionam-se também as raízes culturais dessas desigualdades, denunciando a mística de um *eterno feminino*, cuja justificativa está na crença da inferioridade *natural* das mulheres, baseada em fatores biológicos. Dessa forma, conquista espaço a crítica à ideia de que homens e mulheres estariam predeterminados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade – homens/ambiente público; mulheres/ambiente privado. Segundo as autoras, essa diferenciação de papéis, na verdade, estaria mascarando uma hierarquia que delega aos homens a posição de mando²².

Creio que seja interessante trazer também uma observação de Alvarez²³ quanto à atuação das mulheres por meio dos clubes de mães e associações comunitárias, na década de 1970. Segundo a autora, esses grupos foram criados a partir de uma forte influência religiosa, na intenção, principalmente, de cobrar a anistia e contra a alta dos preços e dos custos de vida; e sendo compostos, em, sua maioria, por mulheres da classe média. Entretanto, em nada questionavam a divisão sexual do trabalho e a não inserção das mulheres na política institucional.

Todavia, esse quadro se altera na segunda metade da década, a partir de transformações políticas cruciais no feminismo brasileiro, que, nas palavras de Alvarez²⁴, representa dar mais atenção a assuntos como contracepção, sexualidade e violência contra as mulheres. Esses temas antes eram relegados ao ambiente doméstico, com pequena ou nenhuma expressividade no debate público. É importante destacar também que a autora frisa a relevância de, nesse momento, os enfoques de classe e gênero passarem a ser pensados em interface, no sentido da dupla opressão.

²⁰ SOARES, Vera (1998).

²¹ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

²² Esta discussão pode ser complementada pelo debate entre Pateman (1993) e Fraser (1997), referenciadas na Introdução deste artigo.

²³ ALVAREZ, Sônia. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

²⁴ ALVAREZ, *op.cit.*

Para Adrião, Tonelli e Maluf²⁵, a década de 1970 foi marcada pela atuação de grupos e organizações de mulheres. As autoras destacam que as mobilizações latino-americanas surgiram a partir de uma grande diversidade de lutas políticas e localidades sociais, que são importantes para o fortalecimento de uma rede para se compartilhar e confrontar perspectivas, além de construir significados políticos e culturais alternativos. Essa troca de experiências e vivências efervescente tem seu lugar nos encontros feministas, nacionais e latino-americanos, com a preocupação de articular trabalhos em torno de uma mesma agenda. Na década de 1980, as ONGs também se inserem nesse processo²⁶.

Entretanto, Costa²⁷ salienta que os movimentos feministas dos anos 1970 incorrem em um erro significativo ao não incorporar em sua agenda as demandas das feministas negras e lésbicas, que fizeram fortes críticas a isso nos anos 1980. Dessa forma, a autora frisa que o fato de sermos todas mulheres não nos transforma naturalmente em aliadas ou em *sisters in struggle*. Essa observação leva a outra que tem a ver com a crítica à limitação de diferenças e de tensões estar condicionada determinadamente por uma relação de poder binária – homens e mulheres.

Imprensa feminista

É com base nessa formação de nichos e de uma especificidade dentro dos próprios movimentos feministas que começo a tratar sobre a atuação da imprensa feminista. Vejo esta consideração de Barbara Godard²⁸ citada por Cláudia Costa²⁹ como uma síntese do significado dos jornais para os movimentos: 'Considerar o papel dos periódicos feministas dentro desse campo seria adquirir uma percepção dos processos engendrados de reprodução social e de criação de valor cultural'. Essa perspectiva é completada por Leite³⁰, ao defender que 'a imprensa feminista representou um espaço de experimentação de uma forma muito especial de fazer política, refletindo sobre as descobertas

²⁵ ADRIÃO, Karla Galvão; TONELLI, Maria Juracy Filgueiras; MALUF, Sônia Weidner. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *Revista de Estudos Feministas*, dez. 2011, v. 19, n. 3, p. 661-682.

²⁶ ADRIÃO; TONELLI; MALUF, *op.cit.*

²⁷ COSTA, Claudia de Lima. Histórias/estórias entrelaçadas do(s) feminismo(s): introdução aos debates. *Revista de Estudos Feministas*, abr. 2009, v. 17, n. 1, p. 207-213.

²⁸ GODARD, Barbara. Feminist periodicals and the production of cultural value: the Canadian context. *Women's Studies International Forum*, v. 25, n. 2, 2002, p. 209-223.

²⁹ COSTA, Claudia de Lima, *op.cit.*, p. 212.

³⁰ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista de Estudos Feministas*, jun. 2003, v. 11, n.1, p. 234-241.

das mulheres sobre si mesmas e sobre as ideias feministas que floresceram na década de 1970³¹.

Muito ainda distantes da época em que a Internet, as redes sociais e a rapidez da proliferação de informações são regidas por segundos – ou até menos tempo –, os movimentos feministas da segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980 valiam-se de periódicos impressos, muitos deles mimeografados, para difundir suas ideias e buscar mais adeptas para defesa de suas agendas.

Segundo Kucinski³² citado Cardoso³³, na década de 1970, havia 150 jornais alternativos no Brasil. A imprensa feminista inseria-se nesse montante junto a publicações voltadas para ecologia, humor, prazer, política, economia. Contudo, são os periódicos sobre gênero que apresentam continuidade durante as décadas de 1980, 1990 e nos dias atuais, enquanto a imprensa alternativa como um todo perdeu força.

A partir dessa observação, Cardoso³⁴, ao realizar seu trabalho de campo sobre a imprensa feminista brasileira, encontrou 75 periódicos feministas. A partir de uma análise do material arquivado e da leitura sobre os movimentos feministas, criou duas categorias, com base nas quais apresentou suas reflexões sobre a imprensa feminista pós-1974: a primeira geração, contemporânea dos jornais alternativos e, de forma geral, voltada para a questão de classe; e a segunda geração, grupo de periódicos feministas editados a partir de 1981, em sua maioria, voltados para a questão de gênero.

Compreender o que levou a autora a estipular duas gerações de periódicos feministas é interessante não só para a distinção entre as características mais relevantes das publicações, mas também para entender como se deu a fragmentação do próprio movimento feminista na década de 1970. Pinto³⁵, como dito anteriormente, apresenta que o ano de 1975 tem sido considerado um momento inaugural do feminismo brasileiro, já que, até então, o movimento estava restrito a grupos muito específicos, fechados e intelectualizados. A distensão política gradual e controlada, prometida pelo general Geisel, além da decisão da ONU de proclamar 1975 como o Ano Internacional da Mulher, corrobora para o retorno da atuação dos movimentos sociais e, especificamente no caso dos feministas, para o debate das questões das mulheres ganharem importância na arena pública.

Contudo, são o II e o III Congresso da Mulher Paulista, realizados em 1980 e 1981, respectivamente, que oferecem a Cardoso³⁶ os fatos históricos que marcam a divisão da imprensa feminista. O evento de 1980 teve uma movimentação de grande vulto, o que despertou a ideia dos partidos de esquerda – mesmo ainda clandestinos – de se valer naquela ocasião para convencer as mulheres de que o feminismo era separatista e não contribuía

³¹ LEITE, Rosalina, *op.cit.*, p. 240.

³² KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

³³ CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. *Rev. Estud. Fem.*, dez 2004, v. 12, número especial, p. 37-55.

³⁴ CARDOSO, Elizabeth, *op. cit.*

³⁵ PINTO, Céli (2003).

³⁶ CARDOSO, Elizabeth, *op. cit.*

para uma sociedade mais justa para homens e mulheres. Nesse momento, o movimento feminista já estava mais inclinado a se configurar como apartidário e voltado para a agenda específica das mulheres. Como houve militantes que concordavam com a primazia da luta de classes ou da luta pela democracia, deixando o feminismo em segundo plano, o II Congresso entrou para a história do feminismo como marco de cisão do movimento³⁷.

Cardoso³⁸ frisa que, durante o encontro de 1981, a separação do movimento feminista em relação aos partidos de esquerda se aprofundou. Com isso, proliferaram entidades feministas ligadas a universidades, ONGs ou Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher, cuja principal característica – que se refletiu na agenda de seus jornais – é a especificidade dentro da agenda de gênero: violência, saúde, sexualidade, educação e pressão política para as causas feministas, por exemplo. Isso, de certo modo, explica o surgimento de muito mais títulos na segunda do que na primeira geração da imprensa feminista.

Cabe lembrar que as brasileiras exiladas, principalmente na Europa ocidental, começaram a ter contato com as discussões feministas que estavam em voga por lá naquele momento, como refletir sobre a situação das mulheres, defender uma argumentação em público, ter acesso aos principais textos feministas da época e criar uma rede de autoajuda no exílio. O jornal *Nosstras*, criado pelo Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, circulou, inicialmente, todos os meses e, a partir da edição 20, bimestralmente. Considerado por Cardoso³⁹ como o primeiro jornal feminista brasileiro, apesar de ter sido editado em Paris, a partir de 1974, e enviado para o Brasil pelo correio a fim de ser distribuído para as assinantes, é um exemplo das publicações da primeira geração. O grupo chegou a ter cerca de 200 participantes, mas foi perdendo força à medida que as reflexões sobre quem seria o principal inimigo delas – não o capitalismo, mas o patriarcado – começou a incomodar o ambiente doméstico. Assim, fortalecia-se a disputa das esquerdas pela dedicação política das mulheres e seu empenho em esvaziar o feminismo em benefício das lutas mais gerais.

Dois outros representantes da imprensa feminista da primeira geração são o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*⁴⁰. Na perspectiva trazida por Leite⁴¹, ambas as publicações destacam-se pelo 'compromisso com uma nova linguagem e com a difusão de reivindicações e propostas diretamente relacionadas com a condição das mulheres'.

É na fase de maior efervescência política e de abrandamento da censura que cresce a imprensa alternativa, como já mencionado, sendo esse também o momento da fundação de dois jornais feministas citados acima. O profundo

³⁷ PINTO, Céli (2003); CARDOSO, Elizabeth, *id.*

³⁸ CARDOSO, Elizabeth, *ib.*

³⁹ CARDOSO, Elizabeth, *ib.*

⁴⁰ De acordo com Leite (2003), *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* são os primeiros jornais brasileiros dirigidos às mulheres e feitos por mulheres no período pós-1975.

⁴¹ LEITE, Rosalina (2003), p. 234.

impacto do regime militar sobre a sociedade brasileira influencia a atuação dos grupos responsáveis por esses jornais. As feministas militantes dessas publicações vieram, em sua maioria, da esquerda; muitas, inclusive, com experiências advindas da militância clandestina, da prisão, da tortura e/ou do exílio. A edição de dois jornais em vez de um, visto que o perfil das militantes é bem próximo, tem explicação nas próprias cisões que ocorriam na esquerda à época⁴² – fato que também contribuiu para o encerramento das atividades dos coletivos e dos periódicos, pouco tempo depois de sua fundação.

Os jornais da segunda geração – aqueles com foco em um tema específico que coincidia com a agenda maior do movimento feminista por eles responsáveis são o *ChanacomChana* e o *Fêmea*⁴³. O primeiro, fundado em 1981 pelo Movimento Lésbico-Feminista (MLF)⁴⁴, tratava especificamente do lesbianismo, com interesse nas questões legalistas, principalmente quanto ao Código Civil. Segundo a autora, o jornal poderia ser classificado 'como um ícone da reivindicação das especificidades do movimento feminista, fazendo contraposição ao discurso da busca da igualdade entre homens e mulheres'⁴⁵, visto que, além de ressaltar a necessidade das mulheres de proclamarem sua diferença e a independência quanto ao gênero masculino, avançava em relação à primeira geração de periódicos por abordar o lesbianismo, sem timidez e motivando o debate. Para a autora, *ChanacomChana* tornou-se a principal atividade do grupo e simbolizou a aproximação definitiva entre lésbicas e feministas.

Já o *Fêmea*, jornal editado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), com sede em Brasília, começou a ser editado em 1992, com circulação bimestral e cem exemplares. É um dos veículos feministas de maior duração, já que seu número mais recente – o 175 – é de novembro/dezembro de 2013. O *Fêmea* apresenta três características da segunda geração da imprensa feminista: ser editado por uma organização não-governamental (ONG); ter financiamento de entidades internacionais e do Estado; e cobrir o tema *mulher* no Congresso Nacional, o que, de acordo com a autora, englobaria ter uma perspectiva legislativa da questão de gênero, ressaltando a importância da abordagem de gênero e a tendência à especialização por tema⁴⁶. Atualmente, são editados dois números por ano, com tiragem de 14 mil exemplares. A Fundação Ford e a ONU Mulheres são hoje alguns dos parceiros do CFEMEA para a publicação de seu jornal. No editorial do número 0, de fevereiro de 1992, é destacada a intenção desse veículo 'fazer a ponte' entre parlamentares e movimentos/organismos de mulheres, autônomos e institucionais. Além disso, havia o propósito de

⁴² LEITE, Rosalina, *id.*

⁴³ CARDOSO, Elizabeth (2004).

⁴⁴ O Movimento Lésbico-Feminista, fundado em 1980, era composto por dissidentes do Grupo Somos, fundado em 1978, primeiro grupo homossexual politicamente organizado no Brasil. Com a intenção de criar um grupo que abordasse especificamente as questões das mulheres lésbicas, houve a saída das integrantes. Posteriormente, por motivos políticos e alternância de lideranças, o novo grupo mudou de nome duas vezes, passando a se denominar Grupo Lésbico-Feminista (GLF) e, por último, Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF).

⁴⁵ CARDOSO, Elizabeth, *op.cit.*, p. 46.

⁴⁶ CARDOSO, Elizabeth, *id.*

manter o movimento organizado de mulheres informado sobre as proposições em tramitação no Congresso Nacional que dizem [diziam] respeito à mulher, fornecendo subsídios às mulheres, seus grupos e aos parlamentares para a discussão e elaboração de projetos que assegurem [assegurassem] a igualdade de direitos⁴⁷.

Cardoso⁴⁸ salienta que tanto o jornal como as outras publicações do CFEMEA são distribuídos gratuitamente, tendo um público diversificado, de acordo com os objetivos e temáticas, formas de organização e localização geográfica. Grupos de mulheres negras; lésbicas; lideranças vinculadas ao trabalho de comunidades, a sindicatos e centrais sindicais, a partidos políticos, a universidades públicas e privadas; e grupos profissionais discriminados como o das trabalhadoras domésticas e das trabalhadoras rurais são os exemplos e abrangência de público do jornal, ressaltados pela autora.

Também considerado pela autora uma publicação da segunda geração, o *Mulherio* é citado em vários trabalhos⁴⁹ como herdeiro do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres*, tanto pela agenda quanto pela maneira de fazer a comunicação entre os vários movimentos feministas espalhados pelo país. É sobre este jornal que passo a tratar no próximo tópico.

Mulherio⁵⁰

A formação do Coletivo de Mulheres do Departamento de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas é um exemplo da efervescência do feminismo acadêmico que surgiu nos anos 1980 e ganhou espaço e importância por meio de pesquisas nas áreas de ciências humanas e educação, realizadas em grandes universidades brasileiras, inclusive, por meio da criação de Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher⁵¹.

Utilizo-me das palavras de Sarti⁵² para situar o contexto no qual o *Mulherio* circulou: tendência à especialização do movimento feminista; desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre mulheres e no mercado editorial; criação dos conselhos da condição feminina e de delegacia próprias com foco na violência contra mulheres; reconhecimento governamental de que

⁴⁷ FÊMEA. Editorial. Ano 1., n. 0., fev. 1992, Brasília, DF, p. 1.

⁴⁸ CARDOSO, Elizabeth, *ib.*

⁴⁹ PINTO, Céli (2003); ALVES; PITANGUY (2003); CARDOSO, Elizabeth, *id.*; SARTI, Cynthia (2004).

⁵⁰ MULHERIO. Arquivo digital da Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <www.fcc.org.br/conteudosospeciais/mulherio.html>. Acesso em: 24 abr. 2013.

⁵¹ PINTO, Céli, *op.cit.*

⁵² SARTI, Cynthia, *op.cit.*

a saúde da mulher requeria atenção especializada; e extinção da tutela masculina na sociedade conjugal (Constituição de 1988).

Até 1988, o projeto contou com o financiamento da Fundação Ford, apesar de ter se desvinculado da Fundação Carlos Chagas, em 1984. O nome da publicação foi explicado no editorial do número 0: '*Mulherio* representa mulheres reunidas para expor e debater seus problemas, de maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática'⁵³. Mesmo assim, muitas leitoras enviaram cartas à redação criticando a escolha do nome por associar a ele um caráter pejorativo.

A trajetória do jornal divide-se em três fases. Na primeira, de março-abril/1981 a setembro-outubro/1983, foram publicados 16 números, com periodicidade bimestral. A responsável pelo projeto era a pesquisadora Fúlvia Rosenberg e a editora, a jornalista Adélia Borges. Entre os objetivos dessa fase, além do papel de intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadores voltados para o estudo da condição feminina no Brasil, estavam ser um canal de troca de experiências e de apresentação de resultados de pesquisas a fim de orientar os trabalhos dos diversos núcleos organizados de mulheres que surgiam no país à época; e um veículo que abordasse de modo sistemático, aprofundado e abrangente todos os problemas que afetavam a mulher brasileira⁵⁴. Outra característica importante do jornal era que se apresentava aberto a todas as vertentes dos movimentos feministas e receptivo ao debate de todos os temas que afetavam as mulheres:

Mulherio não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto – seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos, sim, debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições⁵⁵.

A distribuição era feita entre órgãos de comunicação, grupos de mulheres e entidades culturais e acadêmicas. O conselho editorial da primeira fase era composto por 16 mulheres que participavam da luta pela melhoria da condição feminina no Brasil, como profissionais e como militantes, por exemplo, a antropóloga Ruth Cardoso e a psiquiatra Maria Rita Kehl. Os textos dessa fase versavam sobre questões políticas, como lutas contra a discriminação das mulheres nas empresas e a violência contra as mulheres. É interessante destacar que a mobilização dos movimentos que reivindicavam punição judicial para os maridos e companheiros que agrediam e assassinavam as mulheres – que ganhou destaque em várias edições do *Mulherio* – foi muito importante para essa mudança de entendimento social. A *defesa da honra*, termo usado pelos advogados de vários homens nesses casos, a partir das lutas feministas, foi perdendo sua força, como mostra a matéria *Enfim dança a defesa da honra*, publicada no número 18, setembro-outubro/1984, páginas 6-7.

⁵³ Editorial do jornal *Mulherio*, nº 0, março-abril/81, p. 1.

⁵⁴ *id.*

⁵⁵ *ib.*

A segunda fase do jornal contemplou o período de maio-junho/1984 a abril-maio/1988. Como o jornal figurava-se entre os projetos da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, com tempo limitado para sua execução, findado o apoio financeiro institucional, a publicação interrompeu sua circulação (set-out/1983). Após uma ausência de sete meses, o *Mulherio* voltou a ser editado, mantendo a periodicidade bimestral, fato raro na imprensa alternativa e destacado no editorial do número 16 – o primeiro após o retorno. Nessa fase, foram publicados 24 números, com a proposta de ser o 'ponto de informação, reflexão e debate sobre a mulher brasileira, lido por homens e mulheres' e se colocando como 'um contraponto aos outros órgãos de imprensa, que, em geral, tratam a mulher de um modo esquizofrênico'⁵⁶.

Outro destaque importante do texto de abertura dessa fase é que a publicação se apresentava como o veículo que falaria sobre a mulher real, mulher em transformação, em movimento, não se colocando, novamente, como o porta-voz de nenhuma tendência do movimento político ou do movimento feminista. Com autonomia garantida, a fim de tratar com abertura e sem dogmatismo os vários temas de sua pauta.

A constituição do Núcleo de Comunicações Mulherio ficou, nesse momento, responsável pela publicação do *Mulherio*, que apresentava uma nova proposta: sempre que possível, haveria o contraponto do homem às experiências femininas⁵⁷. Essa nova linha editorial vincula-se à *crise do feminismo*⁵⁸. O apoio da Fundação Ford não era suficiente para suprir os gastos com a publicação, após a desvinculação do grupo do jornal da Fundação Carlos Chagas.

É justamente para tentar equilibrar as finanças e manter o *Mulherio* vivo que o jornal abre cada vez mais espaço para os anúncios e também adota um intervalo maior entre as edições. A página 23, do número 20 (jan-fev-mar/1985), por exemplo, foi dedicada totalmente a anúncios, algo que não ocorria nos números anteriores. A periodicidade do jornal em 1986 ficou comprometida, com intervalos muito extensos entre os números. O nº 25, por exemplo, abarcava o período de março a agosto. Nesse ano, foram publicados apenas três números: jan-fev; mar-ago; set-nov. O número 27, primeiro do ano 7 (1987), referiu-se aos meses de dez/86-fev/87. A editora responsável dessa fase foi a jornalista Inês Castilho.

Assuntos relacionados à cultura, como música, arte, cinema e literatura, ganharam mais espaço do que na fase anterior. Assim, entendo que, mesmo

⁵⁶ Editorial do jornal *Mulherio*, maio-junho/1984, p. 2.

⁵⁷ Entre os homens que passaram a publicar no *Mulherio* está o sociólogo e cientista político Emir Sader.

⁵⁸ Essa *crise do feminismo*, segundo o Editorial do número 16 do *Mulherio*, refere-se, de certa forma, a uma volta à família, a partir do livro *A segunda etapa* (1983) de Betty Friedman, que vinte anos antes foi uma das responsáveis pela base do feminismo estadunidense, ao fazer um retrato do sofrido enclausuramento da dona de casa. Mas também se deve à falta de motivação das lideranças dos movimentos feministas para continuar na militância, mesmo havendo ainda naquela época – como atualmente –, por exemplo, altos índices de estupros, espancamentos e assassinatos, como alguns dos graves problemas que afetavam as mulheres.

mantendo o caráter feminista e persistindo em sua agenda temas como a divisão sexual do trabalho doméstico, o divórcio, a licença-maternidade e o aborto, o jornal já apresentava como seria sua terceira e última fase.

Em junho e julho de 1988, o *Mulherio* passou a circular com o nome *Nexo – Feminismo, Informação e Cultura*, mudança que também alterou a agenda da publicação, adquirindo caráter mais cultural do que político. Sem contar mais com o apoio financeiro da Fundação Ford, o jornal passou a ser uma 'revista de arte e de ideias'⁵⁹, editada por dois homens – o poeta Duda Machado e o artista plástico Guto Lacaz. A jornalista Inês Castilho continuou na equipe.

O editorial do primeiro número diz que as mudanças sociais proporcionaram essa modificação na linha editorial do jornal: 'Refletindo essas transformações vividas pelo feminismo em todo o mundo e largamente discutidas, *Mulherio* dá lugar a *Nexo*, mantendo sua identidade e religando-se ao universo mais amplo para responder à necessidade de um espaço plural de reflexão e criação no deserto brasileiro'⁶⁰.

A meu ver, essa alteração tão significativa de tudo que a agenda do jornal representava para o grupo que o produzia quanto para os diversos movimentos feministas e de mulheres espalhados pelo Brasil pode ser vinculada, em alguma medida, à perda de fôlego e de entusiasmo das lideranças e das demais militantes, como foi bem ressaltado na abertura do primeiro número da segunda fase. Soares, Pinto e Sarti⁶¹ frisam a transformação do feminismo, como de outros movimentos, ao se especializarem na produção de conhecimentos, no desenvolvimento de serviços – mais do que ações diretas –, chegando, enfim, a se apresentar com nova roupagem. A mobilização das mulheres ocorre, em sua maioria, por meio de ONGs, 'tanto na ponta da lança da defesa dos interesses das mulheres no campo da política como na articulação de redes nacionais de mulheres'⁶². Essa movimentação tem seus primeiros registros no final da década de 1980 e início dos anos 1990.

Agenda feminista no Mulherio

Como exposto na introdução deste artigo, a fim de que pudesse me inteirar da agenda discutida pelo *Mulherio*, fiz um levantamento dos temas que foram apresentados ao longo das 42 edições, de março-abril/1981 a julho/1988. Esse levantamento contemplou todos os formatos de textos do jornal, como artigos, cartas à redação, entrevistas, resenhas de livros, críticas de cinema e TV, charges e matérias.

Mesmo sendo este um reconhecimento do material empírico, de certo modo, ainda superficial, algumas observações me chamaram atenção, principalmente quanto a determinadas temáticas da agenda dos movimentos

⁵⁹ Editorial do jornal *Nexo*, n. 1 junho/1988, p. 2.

⁶⁰ *op.cit.*

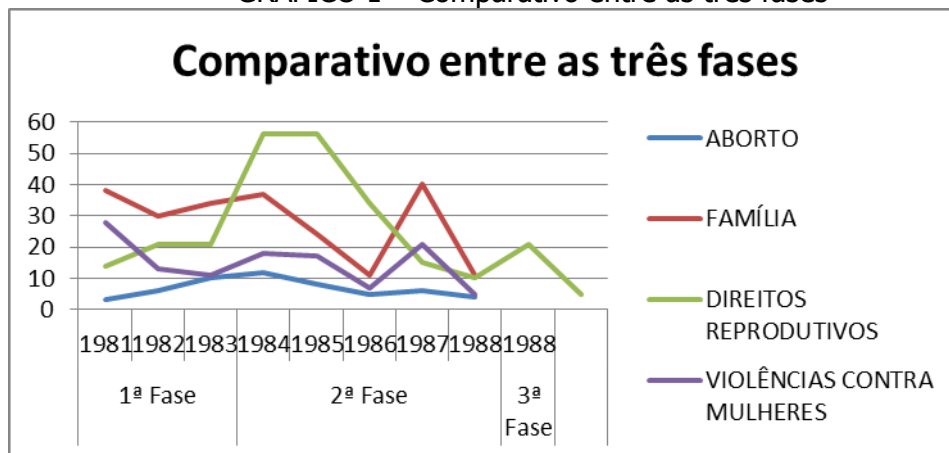
⁶¹ SOARES, Vera (1994); PINTO, Céli (2003) e SARTI, Cynthia (2004).

⁶² PINTO, Céli, *op.cit.*, p. 93.

feministas que perduram nos dias de hoje – como a legalização do aborto – ou que recentemente conseguiram avanços legislativos importantes – um exemplo é a PEC das Domésticas⁶³.

Com o objetivo de fazer um início de análise, quatro temas da agenda feminista foram escolhidos para esta primeira observação mais detida e que possibilitasse também uma percepção gráfica. São estes: família, violência contra mulheres, direitos reprodutivos e aborto. Dos 54.500 textos presentes nos jornais, para esta primeira observação, foram contemplados 1.695, ou seja, 32% do total. Aqui cabe esclarecer o motivo que me levou a separar as duas últimas temáticas – direitos reprodutivos e aborto – no momento da verificação da frequência nos periódicos. Em diversos números e em seções distintas, como matérias, entrevistas ou resposta da redação a uma carta de leitora, a equipe responsável pela edição do *Mulherio* apresentou como uma de suas bandeiras a legalização do aborto, ressaltando o direito das mulheres a seu próprio corpo. Quanto aos direitos reprodutivos de uma maneira geral, a época da publicação da primeira e da segunda fase do jornal, principalmente, foi quando houve grande debate sobre as políticas de planejamento familiar que estavam em implantação no Brasil, sem muita atenção à própria saúde das mulheres. Se forem somadas as inserções referentes ao aborto (56) com as dos direitos reprodutivos (142), serão encontradas 198 entradas, montante menor apenas do que o do tema família, do qual há 226 registros. Assim, ressalto a relevância dessas temáticas da agenda feminista também refletida com um peso maior, comparativamente às demais, na agenda do jornal *Mulherio*.

GRÁFICO 1 – Comparativo entre as três fases



Fonte: Dados da pesquisa

⁶³ A Emenda Constitucional 72, que entrou em vigor em abril de 2013, iguala o direito dos trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores brasileiros. Segundo a pesquisa *Retratos da desigualdade de gênero e raça*, realizada pela parceria IPEA, ONU Mulheres, SPM e SEPIR, em 2009, o contingente de mulheres dedicadas ao trabalho doméstico remunerado era de 17,1, expressivamente superior ao total de homens: 1,0% no mesmo ano. Desse total de mulheres nesse tipo de atividade, 24,6% eram negras e 29,3% brancas (BRASIL, 2011).

Sobre o tema família, é interessante observar como a divisão sexual do trabalho doméstico e, conseqüentemente, a associação natural das mulheres aos afazeres da casa e aos cuidados com as crianças, é bastante criticada pelo jornal. Dois exemplos que me chamaram atenção foram a charge do Henfil que faz alusão à dupla jornada das mulheres⁶⁴ e a matéria *Trabalho doméstico, função de todos*⁶⁵, feita sobre a divisão de tarefas domésticas estipulada por uma família – mãe, pai e quatro filhas adolescentes – de São Paulo. Além desses, há vários momentos em que o jornal deixa bem explícita sua posição quanto à emancipação das mulheres e sua não associação natural ao espaço doméstico.

FIGURA 1 – Charge sobre a dupla jornada das mulheres



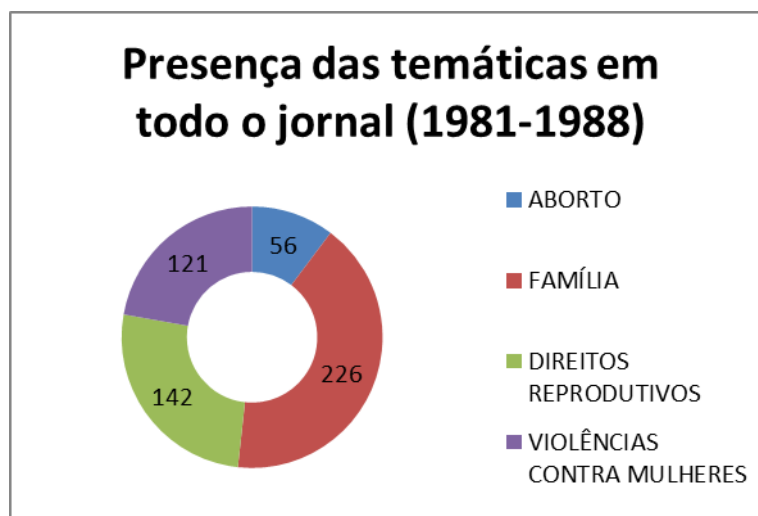
Fonte: *Mulherio*, ano 2, n.7, maio-junho/1982, p. 4.

⁶⁴ *Mulherio*, ano 2, n.7, maio-junho/1982, p. 4.

⁶⁵ *Mulherio*, ano 1, n.1, maio-junho/1981, p. 15.

O tema da violência contra as mulheres (121) engloba também registro sobre violência doméstica, estupro e assassinatos, visto que, como apresentado anteriormente, os movimentos feministas e o de mulheres foram cruciais, na década de 1980, para que *crimes de honra* fossem devidamente julgados. O jornal teve papel muito importante na divulgação das mobilizações contra os assassinos de mulheres e no sentido desses crimes não caírem no esquecimento.

GRÁFICO 2 – Presença das temáticas em todo o jornal (1981-1988)



Fonte: Dados da pesquisa.

Considerações finais

O *Mulherio*, em seus oito anos de circulação, foi mais do que um substituto dos dois primeiros jornais feministas publicados no país – *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Além de discutir a agenda feminista por meio de textos analíticos e que despertavam a reflexão, possibilitou a troca de informações entre os movimentos, seja de mulheres ou feministas, o que também contribuía para o fortalecimento das reivindicações na arena pública.

Por se apresentar como apertado e sem incorporar tendências determinadas, o jornal conseguiu participar significativamente da campanha para a Assembleia Constituinte, em 1985, ao mesmo tempo em que debateu a atuação dos Conselhos da Condição da Mulher, as conferências internacionais e as mobilizações pelos direitos e pela dignidade das mulheres. O apoio e o registro dado às atividades desenvolvidas no momento da redemocratização brasileira, como a atuação de várias mulheres em frentes distintas, clamando e lutando por seus direitos como mulheres, trabalhadoras e cidadãs, também foram relevantes na história do *Mulherio*.

A própria dinâmica adotada pela equipe/conselho editorial do jornal fez com que suas integrantes também refletissem sobre o ser mulher e sua inserção tanto no ambiente privado quanto na esfera pública. O depoimento da jornalista Adélia Borges, que participou das duas primeiras fases do *Mulherio*, é bastante ilustrativo a esse respeito: '*Mulherio* foi um jornal que contestava as barreiras entre o público e o privado. Por meio dele, pude fazer uma conexão, até então inexistente, entre a minha vida e a minha profissão'⁶⁶.

Sobre a autora

Viviane Gonçalves Freitas é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política (IPOL/UnB). Mestra em Comunicação Social, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2012). Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo pela PUC Minas (2004). Atualmente é integrante do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê/IPOL/UnB) e desenvolve pesquisas sobre a imprensa feminista no Brasil. Bolsista CAPES.

*Artigo recebido em 10 de agosto de 2014.
Aprovado em 09 de dezembro de 2014.*

⁶⁶ Depoimento de Adélia Borges, Conteúdos especiais, *Mulherio*, Fundação Carlos Chagas, s/d.